

O fim do sistema bipartidário: As eleições legislativas de 2024

Hugo Ferrinho Lopes

12 de fevereiro de 2026

Word count: 4427

1 Introdução

As eleições legislativas antecipadas de 10 de março de 2024 ocorreram menos de dois anos após o Partido Socialista (PS) ter conquistado uma maioria absoluta inesperada nas legislativas de janeiro de 2022 (Ferrinho Lopes, 2023). No seu primeiro mandato, o primeiro-ministro socialista António Costa conseguiu estabilidade governativa através da *geringonça*, um acordo parlamentar sem precedentes que pôs fim à clivagem entre PS e partidos de esquerda radical (De Giorgi e Cancela, 2021),¹. Apesar do ceticismo, a *geringonça* gozou de elevadas taxas de aprovação por parte dos eleitores, que apoiavam a sua renovação em 2019 (dados de Freire et al., 2017), bem como de crescimento económico sem com isso colocar em causa o cumprimento das regras orçamentais europeias (Fernandes et al., 2018). Em 2019, apenas o Bloco de Esquerda (BE) demonstrou

¹ Ver Jalali (2007) sobre a tradicional clivagem ideológica entre esquerda radical e partidos à direita da esquerda radical desde a transição para a democracia em Portugal.

disponibilidade para renovar o acordo parlamentar. Apesar de isto ser o suficiente para alcançar uma maioria absoluta, António Costa rejeitou renovar a *geringonça* sem a inclusão do Partido Comunista (PCP) e d'Os Verdes (PEV) (Fernandes e Magalhães, 2020), o que levou a instabilidade política e à queda do governo no final de 2021, após o chumbo do Orçamento de Estado (Ferrinho Lopes, 2023). Beneficiando da baixa polarização em torno da pandemia (Santana-Pereira e De Giorgi, 2022), Costa alcançou uma maioria absoluta de um só partido em 2022, esperando-se um mandato até finais de 2026.

A meio da legislatura, porém, uma sucessão de polémicas e demissões fragilizou o terceiro governo de António Costa. A **Figura 1** torna visível que estas saídas não foram uniformemente distribuídas no tempo: concentraram-se em *episódios de rutura* que geraram remodelações em cascata e aceleraram a erosão da autoridade governativa. Em particular, o executivo enfrentou graves casos como a crise no Serviço Nacional de Saúde que gerou uma recomposição do respetivo ministério em agosto de 2022, o escândalo da indemnização na TAP em dezembro do mesmo ano e um conflito institucional entre o primeiro-ministro e o Presidente da República em abril de 2023, relativo à continuidade do ministro João Galamba. A decisão de Costa em manter João Galamba como ministro das Infraestruturas no contexto de mais um escândalo levou o presidente a declarar um desacordo profundo, prometendo ser “mais vigilante e intervencionista” (Santana-Pereira e Nina, 2024: 245). A situação agravou-se em 7 de novembro de 2023, quando uma operação judicial por suspeitas de corrupção (ligadas a negócios de lítio e hidrogénio) visou altos membros do governo e levou à detenção de Vítor Escária, chefe de gabinete do primeiro-ministro. Perante a gravidade política do momento, António Costa apresentou de imediato a demissão do cargo e afastou a hipótese de continuar na liderança do PS. Face ao impasse, e após ouvir os partidos, o presidente Marcelo Rebelo de Sousa recusou a solução de um novo governo liderado pelo PS (sugerido pelos socialistas) e dissolveu o parlamento, convocando eleições antecipadas para março de

2024.

Figura 1: Exonerações de membros do executivo durante o XXIII Governo Constitucional.



Este contexto político turbulento abriu caminho a uma disputa eleitoral marcada pela renovação das lideranças partidárias e pela reorganização das coligações eleitorais. No PS, Pedro Nuno Santos assumiu em dezembro de 2023 a liderança deixada vaga por Costa, representando a ala mais à esquerda do partido e trazendo a experiência de ter coordenado as negociações com os parceiros da *geringonça* entre 2015 e 2019. Também no principal partido de oposição se tratava da primeira eleição sob a liderança de Luís Montenegro, que havia sucedido a Rui Rio na presidência do Partido Social Democrata (PSD) em 2022. Montenegro forjou uma coligação pré-eleitoral de direita

com o CDS-PP e o PPM, ressuscitando a designação histórica de Aliança Democrática (AD), numa tentativa de agregar o eleitorado de centro-direita. À esquerda do PS, tanto o Bloco de Esquerda (BE) como o Partido Comunista Português (PCP) estreavam novos dirigentes – Mariana Mortágua (BE) e Paulo Raimundo (PCP) – após os desaires de 2022 (ver Ferrinho Lopes, 2023). Também a Iniciativa Liberal (IL) concorria pela primeira vez sob a liderança de Rui Rocha, e o partido ecologista PAN mantinha como porta-voz Inês Sousa Real, que assumira a liderança em 2021. Assim, cinco dos oito partidos com assento parlamentar apresentavam-se ao eleitorado com lideranças que nunca tinham enfrentado legislativas.

A governação socialista de 2015–2023 foi marcada por crescimento económico moderado e por uma trajetória, em geral, favorável dos principais agregados das finanças públicas, o que, em teoria, poderia criar um contexto propício ao partido incumbente (Duch e Stevenson, 2010). Contudo, as avaliações do desempenho do governo e da economia por parte dos eleitores eram negativas, de acordo com dados de sondagens ICS–Iscte, talvez não por acaso devido à persistência de problemas nos serviços públicos e à saliência política do choque inflacionista pós-pandemia (Ferrinho Lopes, 2025: 230–231). Ou seja, apesar de uma conjuntura macroeconómica relativamente positiva à entrada de 2024 (crescimento do PIB e desemprego em mínimos recentes), a subida do custo de vida, a crise na saúde e o agravamento da crise da habitação alimentaram um ambiente de descontentamento.²

A **Figura 2** ilustra a evolução de vários indicadores relevantes. Costa assumiu o cargo num período de recuperação após a crise da dívida soberana e o programa de ajustamento, com uma expansão prolongada até ao final de 2019 (duração de 27 trimestres de expansão, a maior parte durante o seu mandato). O início da pandemia de COVID-19 conduziu a economia portuguesa, tal como muitas outras, à sua maior

² De acordo com o Eurobarómetro (Standard) 100 do outono de 2023, estes eram os temas mais preocupantes para os cidadãos portugueses.

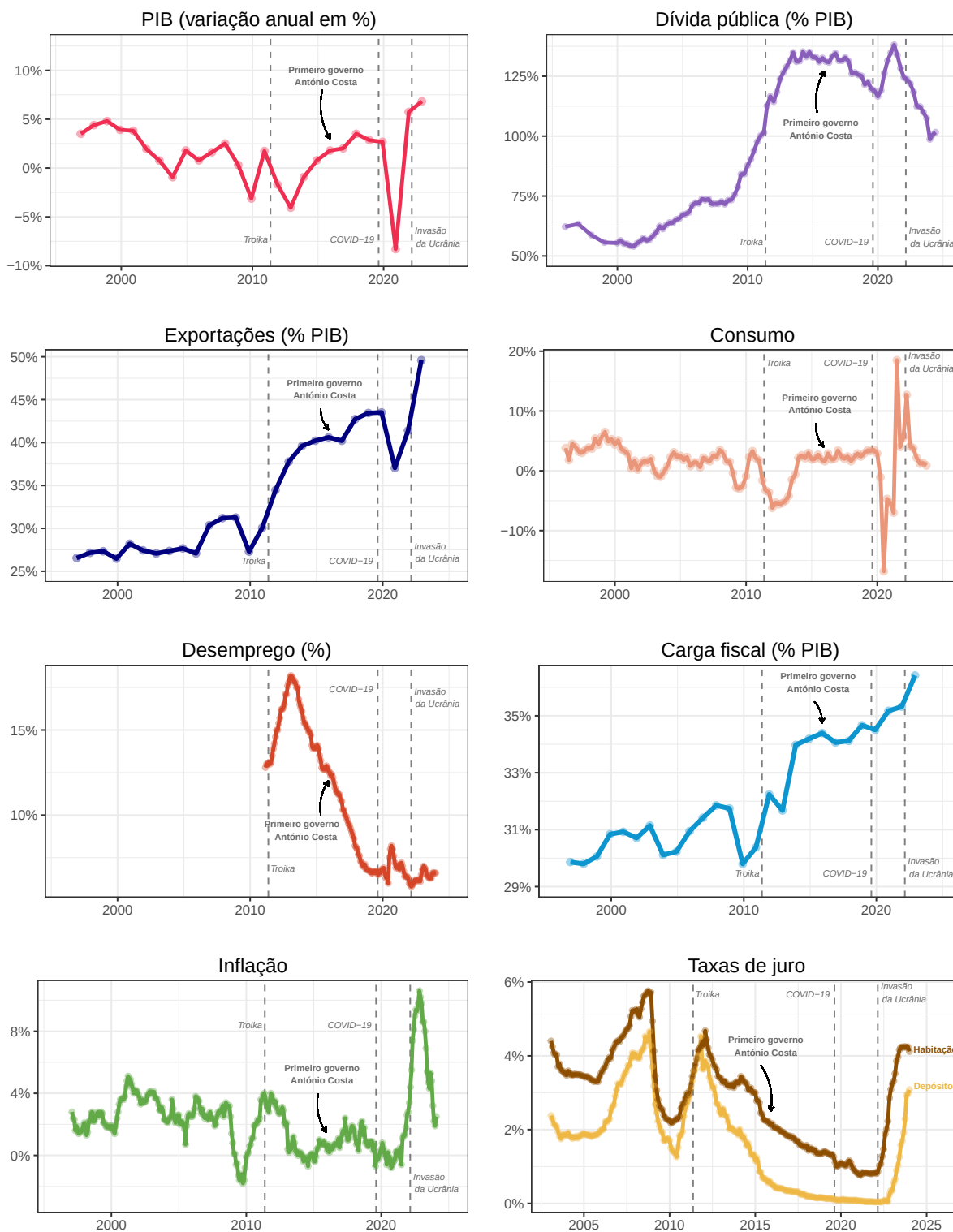
contração de que há registo – com um quinto do PIB real per capita (trimestral) eliminado apenas no primeiro semestre de 2020 (Reis et al., 2023). A economia portuguesa retomou o crescimento desde o terceiro trimestre de 2020, com taxas de crescimento anual de 6,8% (2022) e 2,3% (2023) – ambas acima da média da Zona Euro. As exportações, em particular, aproximaram-se de valores sem precedentes de 50% do PIB em 2023, sendo um terço referente aos serviços (sobretudo, ao turismo), de acordo com séries do Banco de Portugal (BPstat).

O emprego, amplamente protegido por programas de estabilização durante a pandemia, manteve uma tendência ascendente no pós-2020, acompanhada por um recuo sustentado do desemprego para níveis historicamente baixos. Em paralelo, o aumento da força de trabalho foi compatível com um saldo migratório positivo e elevado, que voltou a ter expressão demográfica significativa. Embora a emigração tenha diminuído face ao pico de 2010–2015, registou-se uma mudança importante no seu perfil: a emigração tornou-se mais qualificada, com uma proporção elevada (50%) de emigrantes com diploma universitário em 2021 (Pordata). O mercado de trabalho português — que continua a evidenciar défices estruturais de qualificação, em particular em segmentos de gestão — parece não ter absorvido plenamente parte dos jovens trabalhadores mais qualificados, o que é compatível com a estagnação da produtividade nas últimas décadas (BdP).³ Ainda é cedo para avaliar em que medida as políticas dos governos de Costa inverteram, ou contribuíram para inverter, esta tendência.

No último governo de Costa, e na sequência da invasão da Ucrânia e das perturbações nas cadeias globais de abastecimento, a inflação atingiu valores máximos em quase três décadas, antes de desacelerar de 7,8% no final de 2022 para 4,3% em finais de 2023. Esta tendência ajuda a enquadrar a centralidade política do custo de vida em 2024. Para conter a subida dos preços, o aperto da política monetária do BCE traduziu-

³ https://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/80545/ant_qualificacoes2021.pdf/3cb16178-1240-47cb-8805-8eae4d939344

Figura 2: Evolução da economia portuguesa até às eleições legislativas de 2024.



Fontes: FMI, Banco de Portugal e Instituto Nacional de Estatística.

se numa subida rápida das taxas de juro, particularmente relevante num país em que o crédito à habitação a taxa variável é prevalente (cerca de dois terços).⁴

Por fim, os governos de Costa deram continuidade ao ciclo de consolidação orçamental que marcou a última década de finanças públicas. O rácio da dívida pública/-PIB diminuiu de forma marcada fora do choque pandémico (quando atingiu o seu máximo), recuando para valores abaixo de 100% do PIB em 2023, os mais baixos desde a crise financeira (Figura 2). Em contrapartida, a melhoria nominal dos rácios orçamentais coexistiu com tensões na capacidade de resposta do Estado, num contexto em que a carga fiscal aumentou para máximos históricos (36,4% do PIB) e em que o investimento público permaneceu baixo durante largos períodos. Em particular, o investimento público líquido foi frequentemente insuficiente para compensar a depreciação do stock de capital, contribuindo para a erosão acumulada do capital público e condicionando a prestação de serviços e o potencial de crescimento (Conselho das Finanças Públicas, 2023). Antes do choque inflacionista, o crescimento dos salários foi relativamente moderado e concentrado nos trabalhadores com menores qualificações (Fundação José Neves, 2022), sendo também influenciado por aumentos do salário mínimo, que comprimiram a distribuição salarial (aproximaram os salários médios e medianos) e contribuíram para reduzir desigualdades (Oliveira, 2023).

Além disto, o líder da AD era visto como mais competente, honesto, fiável, capaz de defender os interesses do Estado, promover o crescimento económico do país e abordar os problemas nos sectores da saúde e educação do que o líder do PS (Santana-Pereira e Nina, 2024: 249). Portanto, as eleições ocorreram num contexto particularmente difícil para o partido incumbente.

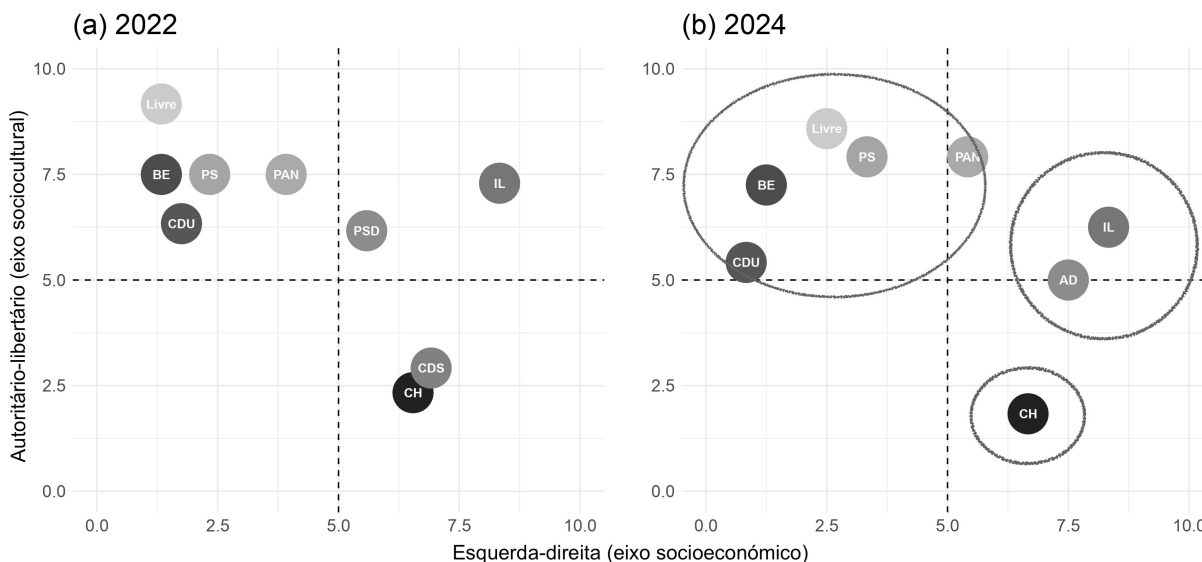
⁴ <https://data.ecb.europa.eu/data/datasets/RAI/RAI.M.PT.SVLPHH.EUR.MIR.Z>

2 Campanha

Estas questões socioeconómicas cruzaram-se com os escândalos de corrupção que precipitaram a queda do executivo numa campanha eleitoral com competição tripolar. A **Figura 3** mostra o posicionamento ideológico dos partidos em duas principais dimensões de competição espacial: esquerda-direita e libertário-autoritário (Downs, 1957; Flanagan e Lee, 2003). Em 2022, o posicionamento dos partidos seguia uma relação negativa quase linear (com exceção da IL), em que a direita competia num espaço fragmentado entre PSD (mais ao centro), IL (na direita libertária) e CDS-PP e Chega (na direita autoritária/conservadora). Já em 2024, emergiram três principais blocos de competição, opondo 1) centro e esquerda libertária (esquerda radical, PAN e PS), 2) ao bloco de direita moderada (AD e IL), e 3) direita autoritária (Chega). Uma clivagem crucial envolveu as estratégias de isolamento adotadas pelos demais partidos em relação ao Chega. Montenegro declarou repetidamente que “não” faria qualquer acordo de governo com o Chega (um *cordon sanitaire* partilhado por todos os outros partidos), mesmo que isso condicionasse as opções de governação da direita. Este duplo confronto – de esquerda *versus* direita tradicional e de *establishment versus* radicalismo populista – forneceu o pano de fundo institucional e político para a campanha de 2024.

O enquadramento do “jogo” político e desempenho estratégico por parte dos media reforçou a já importante personalização da campanha. A pré-campanha ficou marcada por uma série de 28 debates entre os líderes partidários com representação parlamentar (cada par de candidatos defrontou-se numa emissão) e um debate final conjunto, que reforçou a lógica de competição personalista e atraiu atenção para partidos mais pequenos como potenciais parceiros de coligação (Ferrinho Lopes, 2025: 232). Uma análise de sentimento de conteúdos de redes sociais relevou que o desempenho de Pedro Nuno Santos nos debates foi considerado largamente inferior ao de Luís Monte-

Figura 3: Competição espacial (posicionamento ideológico) entre partidos numa escala bidimensional.



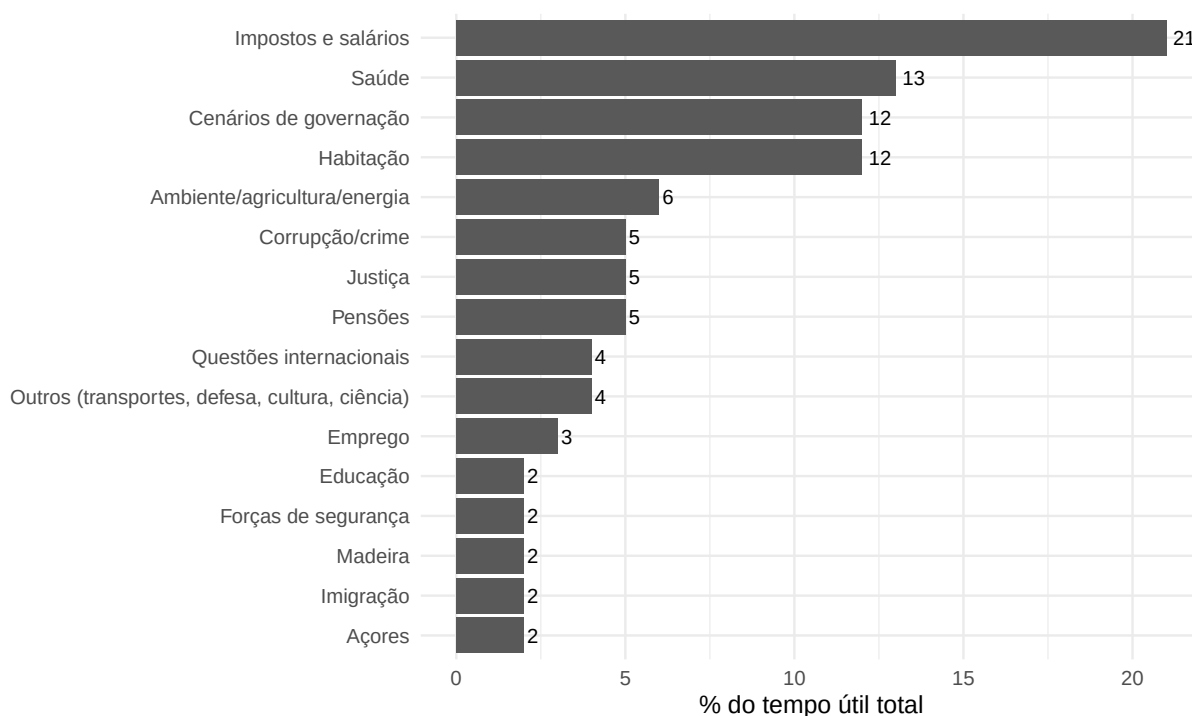
Fonte: Adaptado do Votómetro do Observador (<https://observador.pt/interativo/2022-votometro-legislativas/> e <https://observador.pt/interativo/2024-votometro-legislativas/>).

negro (Santana-Pereira e Nina, 2024: 250). Nestas plataformas, o alcance do conteúdo e a interação dos utilizadores com as contas dos partidos colocou o Chega num patamar largamente acima dos outros, com exceção do BE no TikTok (Ferrinho Lopes, 2025: 232-233), algo do qual o Chega tende a retirar benefícios (Fernandes e Won, 2023).

Apesar disso, os partidos competem apenas em termos espaciais, ou seja, não só apresentando diferentes posicionamentos políticos (Downs, 1957); nem dependem apenas da prestação dos seus líderes (McAllister, 2007; Cain et al., 2013; Lobo e Ferreira da Silva, 2018). Os partidos também enfatizam temas específicos (competição temática) nos quais são vistos como detentores ou nos quais demonstram maior competência (), bem como aqueles temas impostos à agenda por outros partidos (Budge e Farlie, 1983; Petrocik, 1996; Green-Pedersen, 2007; Abou-Chadi, 2016). Assim, apesar do conteúdo programático, é possível discernir vários temas substantivos que dominaram os debates televisivos. A Figura 4 mostra quais são esses temas. As políticas económicas ocuparam um lugar central, com particular destaque para impostos e salários (21% do tempo útil total), diretamente associados à perda de poder de com-

pra (Figura 4). A este tema seguiram-se saúde (13%) e, a alguma distância, cenários de governação e habitação (12% cada), sugerindo que o ciclo de debates estruturou a competição sobretudo em torno de problemas distributivos (salários/impostos), falhas de capacidade estatal (SNS) e constrangimentos materiais quotidianos (acesso à habitação).⁵ Estes são, em grande medida e de acordo com os dados do Eurobarómetro (standard) 100 do outono de 2023, os temas mais preocupantes para os cidadãos portugueses: economia (incluindo o aumento do custo de vida devido à inflação) e as crises no setor da habitação e no serviço nacional de saúde.

Figura 4: *Temas com maior saliência nos debates televisivos.*



Fonte: Adaptado de Santana-Pereira e Nina (2024).

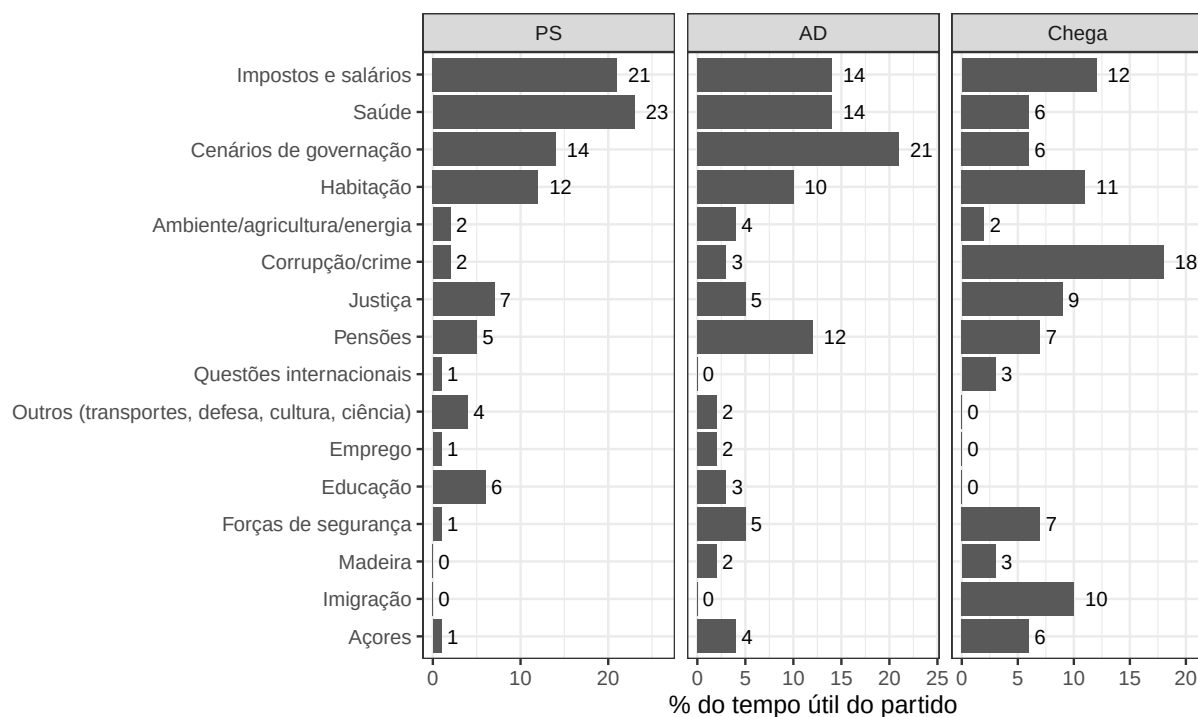
Todos os partidos advogaram alívios fiscais, mas divergiram no ênfase e no desenho: a AD prometia reduzir impostos apenas quando a situação orçamental o permitisse, enquanto a IL defendeu cortes imediatos como condição de crescimento; à esquerda, BE

⁵ <https://rr.pt/especial/politica/2024/02/22/debatometro-custo-de-vida-fora-dos-debates-educacao-foi-dos-temas-menos-falados/367769>

e PCP tenderam a sustentar um alívio focalizado nos rendimentos do trabalho e pequenos negócios, compensado por maior tributação do capital. A agenda social esteve igualmente no centro do debate, sobretudo a crise no Serviço Nacional de Saúde e a falta de habitação acessível nas áreas urbanas — temas em que o PS incumbente se viu na defensiva. A própria distribuição do tempo por partido indica estratégias diferenciadas: a **Figura 5** mostra que o PS concentrou relativamente mais tempo de discussão em saúde (23%) e também em justiça (7%) e educação (6%); a AD enfatizou mais os cenários de governação (21%), provavelmente devido à pressão para clarificar a sua posição face ao Chega, e pensões (12%); e o Chega destacou-se pela centralidade de corrupção e crime (18%), imigração (10%) e forças de segurança (7%), reforçando o repertório “lei e ordem” e anti-elite que está no núcleo da sua agenda política (Mendes, 2021), ao mesmo tempo que também disputou temas transversais como impostos/salários (12%) e habitação (11%). À parte do Chega, os restantes partidos evitaram politizar o tema da corrupção. No entanto, tal como o ambiente quando Luís Montenegro foi atingido por tinta verde por um ativista da Greve Climática Estudantil, a corrupção ganhou saliência na campanha quando a AD lançou uma campanha de *outdoors* contra a prática mas foi confrontada com uma investigação judicial contra o Presidente do Governo Regional da Madeira, eleito pelo PSD (Ferrinho Lopes, 2025: 231-232). Outros temas foram o aborto e imigração, após declarações polémicas de um candidato a deputado pelo CDS-PP e do ex-primeiro-ministro do PSD, Pedro Passos Coelho (Ferrinho Lopes, 2025: 232).

Uma das novidades desta campanha foi o papel preponderante das redes sociais na comunicação política. O Chega destacou-se também neste campo: à data de 8 de março, Ventura contava com mais de um milhão de seguidores acumulados nas várias plataformas (Facebook, Instagram, TikTok e X/Twitter), e as páginas oficiais do Chega somavam cerca de 440 mil seguidores – valores muito superiores aos dos restantes partidos (o segundo partido mais popular, a IL, tinha cerca de 315 mil segui-

Figura 5: *Competição por temas (saliência) entre os três principais partidos nos debates televisivos.*



Fonte: Adaptado de Santana-Pereira e Nina (2024).

dores; o segundo líder mais seguido era Rui Tavares, com menos de 150 mil). Esta superior presença digital traduziu-se em níveis de *engagement* notavelmente altos para o Chega, alimentando uma dinâmica de “campanha permanente” online em paralelo aos eventos tradicionais. Também a IL investiu numa campanha digital segmentada, procurando atrair eleitorado urbano jovem com mensagens liberalizantes e recorrendo a *soundbites* dos debates onde Rui Rocha se posicionou como alternativa “fresca” ao status quo político. No campo do BE e PCP, com menos recursos, a campanha insistiu nos temas clássicos (defesa do SNS, aumentos salariais e regulação de preços da energia, por exemplo) e em responsabilizar o PS pelo colapso da solução governativa à esquerda após 2019. Contudo, a marginalização mediática destes partidos – patente inclusive na reduzida cobertura jornalística das suas ações de campanha – ilustrou a dificuldade em imporem a sua agenda num contexto de bipolarização entre PS e AD e de foco na ascensão do Chega.

No plano estratégico, a reta final da campanha ficou marcada por apelos ao voto útil nos dois principais campos em confronto. À direita, a AD sugeriu ao eleitorado moderado que apenas uma vitória clara do PSD/CDS poderia evitar um cenário de instabilidade (recuando à ideia de que “um voto no Chega é um voto no PS”). Pela esquerda, Pedro Nuno Santos apelou à concentração de votos no PS para travar a “extrema-direita”, procurando recuperar eleitores de BE, PCP, Livre ou PAN com o argumento de que estava em risco a governação democrática inclusiva dos últimos anos. Esta pressão pelo voto útil de ambos os lados reflete o impacto do *cordon sanitaire* na competição: sabendo que o PSD não envolveria o Chega no poder, o PS acenou com a possibilidade de viabilizar um governo minoritário da AD caso o impedisse de depender da extrema-direita – uma posição anunciada pelo próprio líder socialista durante a campanha. Tal cenário inédito (um governo de direita tolerado pela esquerda) foi explorado retoricamente para atrair eleitores centristas temerosos do Chega. Ventura reagiu acusando os dois maiores partidos de conluio contra o Chega e reiterou que “só um Chega muito forte” impediria um *bloco central* tácito PS-PSD. Em suma, a campanha de 2024 foi particularmente polarizada, tanto no eixo esquerda-direita convencional como no eixo anti-sistema versus establishment, e esta polarização traduziu-se numa participação eleitoral excecionalmente elevada, conforme se verá nos resultados.

3 Resultados

A eleição de 2024 registou a maior afluência às urnas das últimas décadas. Com quase 6,2 milhões de votos validamente expressos, a participação situou-se em 59,9%, um salto de cerca de 8,5 pontos percentuais face a 2022, sugerindo que a perceção de uma disputa competitiva e “crucial” mobilizou eleitores adicionais. Os resultados agregados traduziram mudanças históricas no equilíbrio de forças (**Tabela 1**). O PS, apesar de

ainda ser o partido mais votado numa dezena de círculos, sofreu uma derrota severa. Passou de 41% para cerca de 29% dos votos, obtendo 1,81 milhões de votos – menos meio milhão que em 2022 – e conquistando 78 mandatos parlamentares (42 deputados a menos do que na anterior legislatura). É o pior resultado do PS desde 1991 em termos percentuais, marcado pela perda da maioria absoluta e por uma clara penalização do incumbente numa conjuntura de desgaste do governo. Em contraste, a coligação AD (encabeçada pelo PSD) obteve uma vitória agri-doce: somou cerca de 1,87 milhões de votos (29,3%) e elegeu 80 deputados, ultrapassando tangencialmente o PS em votos populares, mas ficando aquém da maioria absoluta. Ainda assim, ao crescer aproximadamente 250 mil votos face à votação agregada destas forças em 2022, a AD reconquistou o estatuto de principal força parlamentar, algo que o PSD não alcançava desde 2015. A “vitória” do centro-direita foi assim real, mas limitada pelo contexto multipartidário: Montenegro celebrou o primeiro lugar, embora dependente de outras forças para governar, falando num “voto claro de mudança” mas reconhecendo a responsabilidade de procurar estabilidade com apenas um terço do Parlamento.

A terceira força política emergente destas eleições foi, de forma incontornável, o Chega. O partido populista de direita radical passou de 7,2% para 18,9% dos votos, um crescimento de quase 12 pontos percentuais que correspondeu à entrada de aproximadamente 770 mil novos votos – o maior salto eleitoral de sempre para um partido parlamentar em Portugal. Com 1,17 milhões de votos, o Chega tornou-se no terceiro maior partido português e posicionou-se claramente como força charneira: conquistou 50 mandatos, quadruplicando a sua representação (de 12 para 50 deputados). Este resultado elevou o Chega a um patamar de partido médio, rompendo em definitivo a tendência de domínio bipartidário PS/PSD que vigorava desde finais da década de 1980. A ascensão do Chega espelha uma reconfiguração do sistema partidário português em linha com padrões observados noutros países europeus, mas particularmente surpreendente dado que Portugal fora até há pouco tempo apontado como uma ex-

Tabela 1: Resultados das eleições legislativas de 2024

	Votos (N)	Votos (%)	Mandatos (N)	Mandatos (%)	Varição votos 2024–2022 (N)	Varição mandatos 2024–2022 (N)
AD (PSD/CDS-PP/PPM)	1.866.991	29,28	80	34,8	248.610	3
PS	1.812.443	29,26	78	33,9	-490.158	-42
Chega	1.169.781	18,88	50	21,7	770.122	38
IL	319.877	5,16	8	3,5	46.190	0
BE	282.314	4,56	5	2,2	37.711	0
CDU (PCP-PEV)	205.551	3,32	4	1,7	-33.369	-2
Livre	204.875	3,31	4	1,7	133.643	3
PAN	126.125	2,04	1	0,4	37.973	—
ADN	102.134	1,65	—	—	91.260	—
RIR	26.092	0,42	—	—	2.859	—
JPP	19.145	0,31	—	—	8.359	—
ND	16.456	0,27	—	—	*	—
PCTP/MRPP	15.491	0,25	—	—	4.226	—
VP	11.854	0,19	—	—	5614	—
Ergue-te	6.030	0,10	—	—	987	—
MPT/A	4.265	0,07	—	—	-5.763	—
PTP	2.435	0,04	—	—	-1.098	—
NC	2.399	0,04	—	—	-1.481	—
Votos brancos	89.847	1,39			26.744	
Votos nulos	192.396	2,97			108.675	
Total inscritos	10.813.643				397	
Participação	6.476.952	59,9			912.413	

Notas: Os resultados para os partidos que concorreram em coligação em 2024 aparecem agregados para 2022. A coligação entre PSD e CDS-PP na Madeira não incluiu o PPM em 2024. * Concorreu a eleições pela primeira vez em 2024.

Fonte: Comissão Nacional de Eleições (<http://eleicoes.cne.pt/>).

ceção à extrema-direita eleitoral. No quadro comparativo, a eleição de 2024 assinala uma mudança estrutural: *o radicalismo de direita disparou precisamente quando o país celebra 50 anos do fim de uma ditadura de direita*, refletindo a entrada do sistema político português numa era de maior fragmentação e volatilidade (Ferrinho Lopes, 2025).

No campo restante, assistiu-se a oscilações relativamente modestas em termos de voto, mas com consequências significativas dada a fórmula eleitoral. A IL manteve praticamente intacta a sua votação de 2022 e conservou os seus 8 lugares parlamentares, não confirmando as expectativas de crescimento que chegou a ter nas sondagens. O BE conseguiu travar a hemorragia após a debacle de 2022, mas ficando longe da sua

influência passada, repetindo os 5 deputados da legislatura anterior. Também a CDU (coligação PCP-PEV) sofreu um revés adicional: apesar de o PCP ter nova liderança, obteve apenas 205 mil votos (3,3%), o seu pior resultado de sempre em legislativas, perdendo dois lugares e ficando reduzido a 4 deputados. Em contraste, o partido Livre constituiu uma das surpresas da noite eleitoral. Beneficiando da visibilidade acrescida do seu líder Rui Tavares nos debates e de um posicionamento como esquerda moderada alternativa, o Livre triplicou a sua votação para mais de 200 mil votos (3,3%) e conquistou 4 mandatos (ganhando 3 face ao único que detinha). É a primeira vez que uma força extra-parlamentar nascente para além do Chega obtém um grupo significativo de deputados, ilustrando a abertura do espaço à esquerda do PS após o fim da *geringonça*. Por fim, o PAN manteve apenas 1 deputado, não logrando eleger a segunda deputada por muito escassa margem no círculo de Lisboa. As demais candidaturas somaram coletivamente cerca de 1,7% dos votos, destacando-se aqui a Alternativa Democrática Nacional (ADN), um pequeno partido da direita nacionalista que surpreendeu ao ultrapassar os 100 mil votos (1,65%) – possivelmente beneficiando de confusão dos eleitores com a sigla AD da coligação PSD/CDS – embora não tenha obtido representação parlamentar (ver Ferrinho Lopes, 2025). Contudo, a distribuição interna de poder alterou-se profundamente: a soma de PS e PSD representa agora apenas cerca de 58% dos votos e 68,7% dos assentos, uma das percentagens mais baixas de sempre (por contraste, em 2015 os dois maiores partidos ainda detinham 70% dos votos e 80% dos lugares) (Ferrinho Lopes, 2025). Em síntese, a eleição de 2024 traduz um claro desgaste do partido de governo, um avanço notável da direita tradicional mas insuficiente para governar sozinha, e um aumento expressivo do pluralismo parlamentar pela subida da direita radical e de um novo partido à esquerda.

Em termos geográficos, o padrão de votação de 2024 reflete a “territorialização” destas mudanças. A AD foi a lista mais votada na maioria dos círculos eleitorais, reconquistando muitos distritos onde o PS havia vencido em 2022 (ver [Tabela 2](#)). O PSD e

aliados lograram ainda, pela primeira vez em duas décadas, ficar à frente no círculo de Lisboa, embora aqui a disputa tenha sido muito renhida (como veremos adiante). Por seu turno, o Chega obteve desempenhos inéditos no Sul do país: foi o partido mais votado no distrito de Faro, conquistando assim a liderança de um círculo eleitoral – algo nunca antes alcançado por um partido à direita do PSD no Portugal democrático. Além disso, o Chega consolidou-se em vários círculos tradicionalmente dominados pela esquerda no Alentejo. Desta forma, o PS viu reduzidos os seus “bastiões” territoriais. A capacidade de penetração do Chega, aliada à recuperação do PSD em várias geografias, resultou numa clara inversão do mapa eleitoral face a 2022.

Tabela 2: *Variação na percentagem de votos e no número mandatos por distrito, entre 2022 e 2024 (pontos percentuais)*

	AD		PS		Chega		IL		BE		CDU		Livre		PAN	
	Votos	Mand.	Votos	Mand.	Votos	Mand.	Votos	Mand.	Votos	Mand.	Votos	Mand.	Votos	Mand.	Votos	Mand.
Aveiro	-0,4	0	-12,0	-3	12,0	2	0,7	1	-0,5	-	-0,4	-	1,5	-	0,5	-
Beja	0,9	1	-12,1	-1	11,7	1	0,2	-	0,7	-	-3,4	-1	1,1	-	0,4	-
Braga	-1,4	0	-13,9	-3	11,4	3	1,8	0	0,1	-	-0,8	-	1,6	-	0,2	-
Bragança	-0,1	1	-10,8	-1	10,0	-	0,1	-	-0,1	-	-0,3	-	0,7	-	0,2	-
Castelo Branco	1,2	0	-13,6	-1	11,6	1	0,2	-	-0,1	-	-0,7	-	1,2	-	0,4	-
Coimbra	1,6	0	-12,7	-2	9,7	2	0,4	-	0,1	-	-0,6	-	1,9	-	0,4	-
Évora	1,2	0	-11,2	-1	11,1	1	0,0	-	1,0	-	-3,6	-	1,4	-	0,3	-
Faro	-1,9	0	-14,7	-2	15,4	2	-0,1	-	0,0	-	-1,7	-	1,7	-	0,4	-
Guarda	0,9	0	-13,4	-1	11,1	1	0,3	-	-0,4	-	-0,2	-	0,8	-	0,3	-
Leiria	0,6	1	-13,5	-2	12,1	1	0,4	-	-0,2	-	-0,7	-	1,6	-	0,4	-
Lisboa	3,1	1	-13,2	-6	9,5	5	-1,3	-1	0,3	0	-1,3	0	3,1	1	0,5	0
Portalegre	0,2	-	-13,2	-1	13,3	1	-0,2	-	0,2	-	-1,4	-	0,9	-	0,2	-
Porto	-1,8	0	-12,3	-6	11,2	5	0,7	0	-0,1	0	-0,9	0	2,2	1	0,4	-
Santarém	0,6	0	-13,5	-2	12,8	2	0,0	-	-0,1	-	-1,3	-	1,6	-	0,4	-
Setúbal	1,1	1	-14,6	-3	11,6	3	0,3	0	0,3	0	-2,3	-1	2,9	1	0,6	-
Viana do Castelo	0,8	-1	-14,0	-1	13,0	1	0,7	-	0,0	-	-0,8	-	1,3	-	0,5	-
Vila Real	-0,4	0	-11,7	-1	10,2	1	0,2	-	0,1	-	-0,3	-	0,8	-	0,1	-
Viseu	-0,2	-1	-14,2	-1	12,0	2	0,3	-	-0,1	-	-0,2	-	1,1	-	0,3	-
Açores	6,2	0	-14,1	-1	10,1	1	-1,5	-	-0,9	-	-0,4	-	0,8	-	0,2	-
Madeira	-4,6	0	-11,9	-1	11,7	1	0,6	-	-0,3	-	-0,4	-	0,5	-	0,5	-
Europa	1,7	-	-20,9	-1	19,8	1	0,4	-	1,0	-	-0,2	-	0,8	-	-0,3	-
Fora da Europa	-4,5	0	-9,0	-1	17,2	1	-0,7	-	0,1	-	-0,3	-	0,0	-	-1,2	-

Notas: “Votos” corresponde à diferença em pontos percentuais na percentagem de votos válidos expressos (VVE) entre 2024 e 2022; “Mand.” corresponde à diferença no número de mandatos. O símbolo “-” indica ausência de mandatos do partido nesse círculo em ambas as eleições.

Fonte: Comissão Nacional de Eleições (<http://eleicoes.cne.pt/>).

4 Conclusão

Os resultados das legislativas de 2024 configuram uma mudança significativa no xadrez político português, com importantes implicações para o sistema partidário e de

governo. Em primeiro lugar, a distribuição de mandatos produziu, aritmeticamente, uma maioria absoluta de direita no novo parlamento. Porém, essa maioria revelou-se politicamente incongruente: o cordão sanitário erguido em torno do Chega impediu a formação de um governo de coligação abrangendo toda a direita. O desfecho foi a nomeação de Luís Montenegro como primeiro-ministro de um governo de coligação minoritária de direita, apenas com ministros do PSD e um do CDS-PP. O novo governo iniciou funções em abril de 2024, sustentado por apenas 80 deputados próprios, apenas dois a mais que o PS, que empatou em deputados com PSD. Trata-se de uma situação instável, em que o executivo depende do apoio de PS ou Chega que simultaneamente procuraram afirmar-se como oposição. A resiliência do cordão sanitário significou que o Chega ficou fora do poder, mas o preço foi uma governação frágil, vulnerável a crises a oposição decidisse retirar apoio – o que colocou interrogações sobre a durabilidade da legislatura e se efetivou com as eleições legislativas antecipadas de 2025.

Em segundo lugar, do ponto de vista do sistema de partidos, as eleições de 2024 marcam a transição para um formato tripolar. A Assembleia da República ficou dividida em três blocos relativamente equilibrados: (1) a direita tradicional (AD) com cerca de um terço dos assentos, (2) a direita populista (Chega e IL) com aproximadamente um quarto dos assentos, e (3) as esquerdas (PS e outros) com pouco mais de dois quintos. Esta geometria a três dificulta a formação de maiorias governativas estáveis e pode levar, no limite, a cenários de cooperação centrista entre PS e PSD para neutralizar os extremos – algo que contraria a lógica bipolar dominante até então. A erosão dos partidos do “arco da governação” atingiu em 2024 um ponto alto, com ambos PS e PSD a registarem dos seus piores resultados históricos, enquanto o Chega se consolidou como terceira via de protesto. Para o PS, em particular, a derrota representou o fim abrupto de um ciclo de poder. Pedro Nuno Santos manteve-se como secretário-geral após as eleições, mas enfrentando um partido abalado pela perda de uma porção significativa dos deputados. À direita, Montenegro viu reforçada a sua posição no PSD ao conquis-

tar São Bento, ainda que liderando um governo minoritário. O CDS-PP regressou ao parlamento pela mão da coligação (com 2 deputados integrados nas listas da AD) e tenta agora reconstruir a sua base eleitoral após a quase-extinção em 2022. Já o Chega, mesmo excluído do governo, ganhou uma considerável influência institucional.

Por fim, cumpre notar que as europeias de 2024, realizadas apenas três meses após as legislativas, confirmaram algumas destas tendências num escrutínio de meio-termo. A 9 de junho, o PS venceu as eleições para o Parlamento Europeu por margem mínima, elegendo 8 eurodeputados contra 7 da AD. O Chega, apesar de ter obtido perto de 10% dos votos, conquistou apenas 2 mandatos, o mesmo que a IL. BE e CDU elegeram 1 eurodeputado cada, com votações modestas (abaixo dos 5%). Este resultado revelou uma ligeira recuperação do PS num contexto de menor participação. Ainda assim, a fragmentação manteve-se evidente: pela primeira vez, sete partidos portugueses ficaram representadas no Parlamento Europeu. Em suma, as eleições europeias de 2024 confirmaram a volatilidade e reforçaram o desafio da governabilidade para os anos vindouros.

Referências

- Abou-Chadi, Tarik. 2016. "Niche party success and mainstream party policy shifts—how green and radical right parties differ in their impact." *British Journal of Political Science* 46 (2): 417–436.
- Budge, Ian, e Dennis Farlie. 1983. *Explaining and Predicting Elections: Issue Effects and Party Strategies in Twenty-three Democracies*. London: Allen & Unwin.
- Cain, Bruce, John Ferejohn, e Morris Fiorina. 2013. *The Personal Vote*. Cambridge: Harvard University Press.
- Conselho das Finanças Públicas. 2023. *Evolução Orçamental das Administrações Públicas em 2022*. Relatório 05/2023. Lisboa: Conselho das Finanças Públicas. https://www.cfp.pt/uploads/publicacoes_ficheiros/cfp-rel-05-2023_ap2022.pdf.
- De Giorgi, Elisabetta, e João Cancela. 2021. "The Portuguese radical left parties supporting

- government: From policy-takers to policymakers?" *Government and Opposition* 56 (2): 281–300.
- Downs, Anthony. 1957. *An Economic Theory of Democracy*. New York: Harper.
- Duch, Raymond M, e Randy Stevenson. 2010. "The global economy, competency, and the economic vote." *The Journal of Politics* 72 (1): 105–123.
- Fernandes, Jorge M, e Pedro C Magalhães. 2020. "The 2019 Portuguese general elections." *West European Politics* 43 (4): 1038–1050.
- Fernandes, Jorge M, Pedro C Magalhães, e José Santana-Pereira. 2018. "Portugal's leftist Government: From sick man to poster boy?" *South European Society and Politics* 23 (4): 503–524.
- Fernandes, Jorge M, e Miguel Won. 2023. "The Unintended Consequences of Amplifying the Radical Right on Twitter." *Political Communication* 40 (6): 742–767.
- Ferrinho Lopes, Hugo. 2023. "An unexpected Socialist majority: the 2022 Portuguese general elections." *West European Politics* 46 (2): 437–450.
- Ferrinho Lopes, Hugo. 2025. "Radical right advance and party system change: the 2024 Portuguese snap elections." *West European Politics* 48 (1): 228–245.
- Flanagan, Scott C, e Aie-Rie Lee. 2003. "The new politics, culture wars, and the authoritarian-libertarian value change in advanced industrial democracies." *Comparative Political Studies* 36 (3): 235–270.
- Freire, André, Marco Lisi, e Emmanouil Tsatsanis. 2017. *Portuguese Citizens Survey 2016-2018: Research project 'Crisis, Political Representation and Democratic Renewal'*. Lisbon: CIES-IUL & IPRI-NOVA. FCT PTDC/IVC-CPO/3098/2014.
- Fundação José Neves. 2022. "Estado da Nação 2022." Jun. Acedido a 1 de janeiro de 2026, <https://www.joseneves.org/estado-da-nacao/estado-da-nacao-2022>.
- Green-Pedersen, Christoffer. 2007. "The growing importance of issue competition: The changing nature of party competition in Western Europe." *Political Studies* 55 (3): 607–628.
- Jalali, Carlos. 2007. *Partidos e Democracia em Portugal, 1974–2005: Da Revolução ao Bipartidarismo*. Lisbon: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lobo, Marina Costa, e Frederico Ferreira da Silva. 2018. "Prime ministers in the age of austerity: an increase in the personalisation of voting behaviour." *West European Politics* 41 (5): 1146–1165.
- McAllister, Ian. 2007. "The Personalization of Politics." In *The Oxford Handbook of Political Behavior*, edited by Russell J Dalton e Hans-Dieter Klingemann. Oxford: Oxford University Press.

- Mendes, Mariana S. 2021. "'Enough' of What? An Analysis of Chega's Populist Radical Right Agenda." *South European Society and Politics* 26 (3): 329–353.
- Oliveira, Carlos. 2023. "The minimum wage and the wage distribution in Portugal." *Labour Economics* 85: 102459.
- Petrocik, John R. 1996. "Issue Ownership in Presidential Elections, with a 1980 Case Study." *American Journal of Political Science* 40 (3): 825–850.
- Reis, Ricardo, Pedro Bação, Isabel H. Correia, Nuno Valério, João Varejão, Luís Aguiar-Conraria, e José Alberto Ferreira. 2023. *Crises na Economia Portuguesa: de 1910 a 2022*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Santana-Pereira, José, e Elisabetta De Giorgi. 2022. "'Your luck is our luck': Covid-19, the radical right and low polarisation in the 2022 Portuguese elections." *South European Society and Politics* 27 (2): 305–327.
- Santana-Pereira, José, e Susana R. Nina. 2024. "The relevance and resilience of the cordon sanitaire in Portugal: the March 2024 legislative elections." *South European Society and Politics* 29 (2): 243–268.